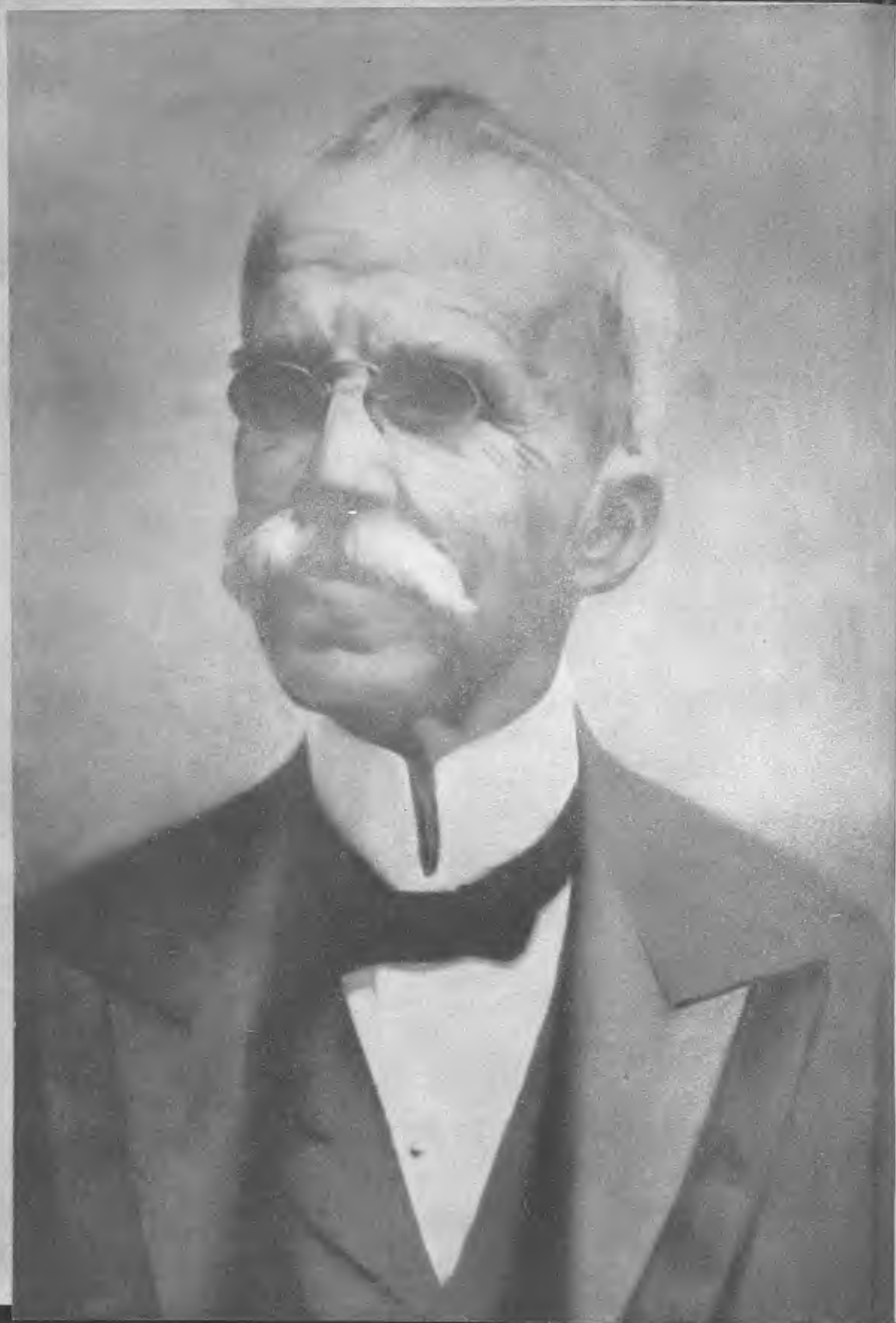


RUI BARBOSA



CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT

RUI BARBOSA



308
B 238

CASA DE RUI BARBOSA

1949

TOMBO 007566



CATÁLOGO 007565

*Discurso pronunciado pelo Ministro da
Educação e Saúde, Dr. Clemente Mariani
Bittencourt, aos 3 de novembro de 1949,
na Casa de Rui Barbosa, na presença do
Sr. Presidente da República, altas auto-
ridades e Representantes das Nações es-
trangeiras, no ato da transladação dos seus
despojos para a Bahia.*

Exmo. sr. Presidente da República

PARA dar cumprimento à vontade da Nação, manifestada pelos seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte e formulada em disposição expressa da nossa magna, Carta, determinou V. Excia. as providências necessárias para que, em comunhão afetiva e solidária, o Governo, as classes, as instituições, o povo, promovessem a glorificação solene de Rui Barbosa, em "consagração, diz o texto constitucional, — dos seus serviços à Pátria, à Liberdade e à Justiça".

Alegoria litúrgica com que se completa a série de atos nesse sentido é a romaria que, neste instante, tem início, romaria em meio à qual o Brasil acompanhará, para a sagração da imortalidade, o corpo do apóstolo, na sua comovente viagem de regresso à terra natal, onde permanecerá como uma lâmpada votiva, acesa sôbre as gerações que passam.

Não há luto, pesar fúnebre, crepe, ou tristeza, resta cerimônia.

Não estamos renovando exéquias, nem o som que vem do alto é dos sinos em dobres a finados.

Não é a morte que nos reúne. Não celebramos um trecho do passado morto.

Não nos pende a fronte no desconsôlo de quem perde.

Estamos, diante de Rui, em atitude de exaltação e de identidade viva.

A sua glorificação é um ato de festa e de aleluia, um sacramento que reflete sensação de vida e de força, e não ausência e distância.

Nós o sentimos imanente e atual, na própria atmosfera do Brasil de hoje, em que se reflete a luz da sua pregação e do seu evangelho; nas instituições, nas leis, na prática do regime, nos costumes políticos, onde se assinale uma conquista de aperfeiçoamento, na liberdade de cada um e no Direito de todos, nos princípios que hoje preservamos, nos ideais que nos animam, na fé que nos irmana, no culto das virtudes que exaltamos, nos triunfos do progresso moral que registramos, em cada vitória individual ou coletiva sobre o erro e a mentira, o arbítrio e a violência, a inércia e o conformismo.

Nada mais o limita ou circunscreve.

Agora é a voz, que a distância não apaga, lição, que o tempo não encerra, exemplo, que já não depende das circunstâncias.

Missionário e mártir de nossa formação liberal, continua a ser, na ressonância de suas prédicas, o oráculo do regime, o profeta da reforma, o mestre do patriotismo e da moralidade pública e privada, o conselheiro dos moços, o flagelo dos débeis e viciosos, o incentivo das gerações, o modelo dos cidadãos, o preceptor admirável que ensinou com a "doutrina e o exemplo, mais ainda com o exemplo do que com a doutrina, o culto da legalidade, as normas e o uso da resistência constitucional, o desprezo e o horror da opressão, o valor e a eficiência da justiça, o amor e o exercício da liberdade".

A glorificação consagra, apenas, o que já era imperativo de sua sobrevivência poderosa e tutelar, isto é, a forma pela qual um homem se faz contemporâneo do seu povo, em tôdas as épocas e tempos, o poder de, por obra valorosa, se libertar da própria lei da morte.

É um cortejo de vitória, e as pétalas que, sobre êle, atiram mãos do Brasil, da América e da Europa, até onde chegou a irradiação do seu espírito, são acenos de confiança e de respeito ao paladino que prossegue.

*

* *

É desta Casa que haveria, mesmo, de sair a romaria da sua glorificação.

Seria esta, estou certo, a vontade daquela que foi a senhora suprema dêste lar, e que, ao lado dêle, nos páramos mais altos, nos dá a sua aprovação.

Esta Casa onde, hoje, se reúnem, com a presença de V. Excia., e das altas autoridades da Nação, seus filhos, netos, amigos, os discípulos, os que o compreenderam e amaram, na sua realidade humana, na grandeza do seu exemplo, na beleza do seu evangelho, os que mais sentiram a palpitação da sua nobre alma e o poder da sua inteligência cósmica; esta Casa, que o Brasil votou eternamente ao seu culto, e onde prossegue, sem cessar, a mineração erudita dos estudiosos nas inexauríveis profundezas de sua obra, apenas aflorada em sua superfície pela pesquisa e pela análise; aqui, onde tudo permanece intacto, como se houvesse parado quando êle se foi, onde tudo o recorda e revive; até onde a calúnia, "entidade amorfa e tremenda que se não tem aras é porque as dispensa" — o perseguiu, com a pertinácia de suas misérias. Esta Casa, onde está a sua biblioteca, "lenta estraficação de vinte e cinco anos de amor às letras", seus livros, fiéis companheiros de suas madrugadas; esta Casa, em cujos jardins vicejaram as suas roseiras, com que dividiu os excessos de ternura do seu coração; esta Casa, que tantas alegrias deu à amada esposa, àquela em

quem, já em noiva, êle antevia “a mais virtuosa, a mais meiga, a melhor das espôsas”, perto de quem “esquecia tôdas as atribulações de sua existência tão breve quanto maguada”, D. Maria Augusta, sombra terna e amiga sôbre a fronte ardente do apóstolo, aquela que, havendo sido “a âncora do seu caráter”, “a alma de sua alma, a flor sempre viva da bondade de Deus no seu lar”, fôra sempre também, pela “simpatia corajosa e eficaz”, “em tôdas as causas do coração, da liberdade e da honra”, “alento ou inspiração em tôdas as boas ações de sua vida”!

Aqui, onde mais vivamente se foi “acendendo a fé em seu coração, à medida que se apagava a confiança nos homens”, não lhe faltou também a bênção de Deus, “sem a qual não podia conceber o homem e muito menos a possibilidade atual ou vindoura de uma nação civilizada e atéia”. Ela não poderia faltar a quem envelheceu “na persuasão do velho Plutarco, imaginando menos a custo uma fortaleza sem alicerces que um povo sem Deus”, convencido de que, “do ponto de vista da humana razão”, “Deus é a necessidade das necessidades, Deus é a chave inevitável do Universo, Deus é a incógnita dos grandes problemas insolúveis, Deus é a harmonia entre as desarmonias da criação”. Porque, “de tudo quanto tenho visto no mundo, afirmou, o resumo se

abrange nestas palavras: "Não há justiça onde não haja Deus".

Foi aqui que Rui escreveu os artigos na *Imprensa*, que preparou os "habeas-corpus" para os florianistas, seus adversários da véspera, a ação a favor dos professores da Politécnica, que firmou a teoria da posse dos direitos pessoais, que elaborou a Réplica, os trabalhos para o Código Civil; foi daqui que partiu para Haia, de onde voltou sob o olhar admirado do mundo e as bênçãos das pequenas nações por êle defendidas; daqui saiu para a campanha civilista, levando na voz e no coração as sementes da educação democrática e de fé liberal, mais que ambições de vitória pessoal.

Aqui viveu as horas da grande guerra.

Daqui partiu para Buenos Aires, para firmar novo conceito de neutralidade; daqui de novo se pôs em caminho, para a seara de 1919. Aqui recebeu o secretário de Estado Americano, o presidente de Portugal. Aqui, portanto, deve começar o roteiro, através do qual volta à sua origem.

*

* *

Sairá daqui, nos braços da nação agradecida, para o centro da nossa própria história de povo livre, onde permanecerá, como uma sarça

ardente, a iluminar as tábuas da nossa formação liberal.

Tudo que lhe foi negado, por circunstâncias de nossa realidade política e que, por isso mesmo, justificou sua prègação e seu sacrifício, é agora restituído, por entre o côro da remissão nacional.

Recebe, por isso, decretadas por V. Ex., as honras de Chefe de Estado, cujas funções tantas vêzes lhe couberam, longe dos postos, no exercício de sua magistratura e de sua ascendência na vida nacional, e que jâmais lhe foi permitido assumir.

*

* *

Aguardam-no lá fora, para seguí-lo até o mar, a mocidade dos ginásios e das Academias, unidades das fôrças armadas, delegações profissionais e operárias, o povo, enfim.

Os moços, a quem êle jamais recusou a palavra amiga e o conselho sábio; os moços, dos quais disse que “entreter-se com êles sobreexcedia em gôzo a todos os momentos de vão orgulho e muita embriaguez que a tribuna possa ter dado”; os moços, a quem ensinou, entre tantas verdades, que só há uma glória verdadeiramente digna dêsse nome: a de ser bom; e essa não conhece a soberba, nem a faduidade; “pelos quais velou a

vida inteira, com extremos de pai", prêgando-lhes o valor do trabalho, "como é mister para regenerar o homem, transformar os povos, criar os moços"; o sentido do "Ideal, a parte mais grave da realidade humana, tudo que alheia o homem da própria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta, por uma contemplação pura, uma resolução heroica ou uma aspiração sublime".

Estará êle, de novo, com os moços, entre os quais "ainda arde, em tôda a sua energia, o centro de calor a que se aquece a essência da alma". Êles se sentirão felizes e orgulhosos, acompanhando "o padrinho, o velho, o abendicoador, carregado de anos e tradições, versado nas longas lições do tempo, mestre de humildade, arrependimento e desconfiança, nulo, como se proclamava, entre os grandes da inteligência, grande entre os experimentados na fraqueza humana".

Com os moços, a quem recomendou "a oração pelos atos, que se emparelha com a oração pelo culto"; estudantes aos quais aconselhou o exemplo das estrêlas da manhã, dizendo-se, êle próprio, "estudante que pouco mais sabia que estudar".

Com os moços em cuja juventude nutriu a sua própria fôrça de viver : "Eu amo a mocidade,

na plenitude de sua pureza, como o firmamento na plenitude de seu azul”.

Com os moços que jamais o negaram:

“Eu tive ao meu lado essa mocidade. Ela não seguia partidos, nem militava em facções; amava no universo a ciência, no homem o bem, na pátria o direito. Só se inflamava pela verdade, pela liberdade, pela humanidade”.

*

* *

A guarda de honra lhe será dada por pelotões das fôrças armadas, de que foi êle patrono em tantas horas de crise nacional, o “panegirista eloqüente dos seus austeros deveres e dos seus sublimes desígnios, o mais profundo e constante estudioso, dentre os civis, dos assuntos militares”.

Ele mesmo as intitulava “guardiãs das instituições contra a desordem e contra a tirania”, “baluarte das nossas liberdades organizadas, contra as conspirações que as ameaçassem”. “Formam em tórno do direito popular a trincheira impenetrável do heroísmo: fôrça única de estabilidade e de reorganização que resta ao povo, na dissolução e anarquia geral que nos arrasta”.

A sua homenagem será prestada ao jovem estudante, que, já em 68, por três noites consecutivas, falara em São Paulo aos batalhões que voltavam da guerra. Ao estadista que, jamais havendo cessado êsse patrocínio, em 1921 era recebido no Clube Militar, a convite do Marechal Hermes.

Depois, a Marinha o recolherá para a viagem sôbre o mar, aquela mesma viagem que tantas vêzes êle fêz em modestos vapores, animado ou abatido, para acudir à Bahia ou apelar para ela, viagem diferente daquela primeira em que se transportou para o Rio, a ver "se Deus lhe concedia o direito de ser profeta em algum ponto da terra".

Uniram-no à Marinha vínculos profundos e sinceros. Um dos seus filhos escolheu a carreira naval e seus "brados de atalaia" não cessaram de pugnar pelo seu fortalecimento, pela defesa dos direitos de seus altos ou humildes servidores, seja nos tribunais, seja na prègação.

É nos braços de uma Marinha atenta aos seus conselhos, animada daquele espírito que êle procurou imprimir a tôdas as grandes instituições brasileiras, que êle chegará à Bahia.

"O mar é uma escola de resistência. As suas margens os invertebrados e os amorfos rolam nas ondas e somem-se no lodo, enquanto os organismos poderosos endurecem às tempestades, levan-

tam-se erectos nas rochas e criam, ao ambiente puro das vagas imensas, a medula dos imortais”.

É da sua pena a admirável “Lição das Esquadras”, em que se contêm palavras de sabedoria e de providência :

“Uma nação que se despreocupasse das suas instituições e dos seus foros de soberania e honra, pode ter, e é de crer que tivesse, bandos em armas, mas Exército, Armada não se concebe que tivesse”.

*

* *

O ruído, que já se percebe nas ruas, anuncia que está à sua espera o povo, aquêlê “povo soberano”, cujo vulto imenso começou a assomar, em 1909, no horizonte infinito de nosso futuro, “povo de quem foi o “sincero amigo”. “Honro-me”, disse “de não ser senão povo; nasci nêlê”; povo, a quem sempre se dirigiu, com coragem, até mesmo a das “verdades desagradáveis”, porque lhe tinha, “no mais elevado grau, a verdadeira dedicação”.

Povo, que o compreendeu sempre, no seu verbo raro e nobre, que o amou, na sua inteireza moral e nos rigores de sua imparcialidade, que o aplaudiu nos comícios, nas praças, nas ruas, que soube entender o seu evangelho tão vivamente quanto os eruditos e as elites, povo, em cujo seio êle viveu,

sem explorar suas emoções e impulsos e sem trair os seus interesses.

“Reclamai e vos escutarão, exigei e tereis, ordenai e sereis obedecidos, sabeis querer e tudo vos cederá”.

Eis o que o povo no dia de hoje reclama e impõe ao seu governo e a todos nós — o direito de acompanhá-lo, na glorificação dessa romaria.

É o povo, em nome do qual as instituições existem e que reflete a própria pátria, que o reclama, a “pátria que não é um sistema, nem um monopólio, nem uma forma de governo. É o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua, da liberdade”.

*

* *

Ao longe, ansiosa no alvoreço do encontro tão grato ao seu orgulho maternal, a Bahia, a “fada benfazeja”, estende o “regaço de suas encostas arredondadas e meigas”, “a suavidade daquelas colinas, onde a terra se parece fundir com o céu, num sorriso de eterna primavera”; a mãe Bahia, a “alma Bahia, mãe da inteligência, da generosidade e do entusiasmo”, com as suas “doces plagas, onde, disse êle, a minha mãe me embalou a primeira vez e meus filhos me velarão, talvez, o últi-

mo sono", e onde êle viu "pendurar-se no céu e estremecer para êle o ninho murmuroso de eterna poesia, debruçado entre as ondas e os astros"; a terra natal, em que os homens se habituaram a ver, por milagre do coração, "o prolongamento, a revivescência a reprodução contínua do amor de suas mães" e onde, num momento dramático, proclamaria que "se fêz o meu coração, a minha alma, a minha cultura, tudo aquilo de que se forma o espírito de um homem público e com que êle se prepara para as lutas do seu futuro".

Não é difícil prever a emoção dêsse encontro: como nos versos de Herédia, o sol, depois de iluminar o dia, completa o seu ciclo no seio da terra criadora. A fôrça que o engrandeceu e o elevou retorna à sua origem.

Em vida, êle teve a antevisão do que será a apoteose que ali o envolverá.

"Vimos", narra numa de suas peregrinações cívicas à Bahia, "vimos, de tôda parte afluirem ao nosso encontro as populações urbanas ou cam-pesinas, vimo-las encher as estações, orlar a beira das estradas até os sítios onde não passavam os comboios, e, nas cidades ou pousadas, juntar-se a multidão em tremendas vagas humanas. Vimos correr ao nosso encontro, não só as turbas, senão também as famílias, as matronas, as moças, em verdadeiras demonstrações femininas e, com elas,



a população infantil em comovidíssimas solenidades; numa palavra : não só o comum do povo, mas a sociedade tôda, as dignidades sociais, o sacerdócio, os párocos, os magistrados, os homens de letras, os intelectuais de tôdas as categorias, a mocidade das escolas, os operários, numa unanimidade inaudita. E tudo isto em lugares onde, até hoje, só as procissões e os fogos de artifícios eram capazes de reunir multidões.

“Vimos alterar-se todos os hábitos consagrados, fechar o comércio, fecharem-se os estabelecimentos industriais, enquanto as igrejas abriam, e algumas, como expressão ainda mais visível das suas bênçãos, abeiravam das portas ao passarmos, as imagens de seus padroeiros”.

E tal como naquela hora, êle não se enganará: de novo se repetirá a cena que êle pôde assistir em vida: “Onde quer que se anuncia nossa presença, uma corrente elétrica levanta as populações, coalham-se as ruas de multidões, nunca, absolutamente nunca, até então vistas, e, nas paragens mais diversas, nas regiões mais alongadas uma das outras, nos centros de evolução social entre si mais opostos, a Bahia inteira, da Capital ao Recôncavo, do Recôncavo aos sertões, é uma só gente, um só povo, uma só aglomeração humana, o mesmo instrumento arrebatado pela mesma vibração, como se o sôpro de um vento do céu, var-

rendo tôdas essas extensões, estremecesse numa emoção única o Estado inteiro”.

O Brasil escolheu a Bahia para escrínio de sua jóia mais rara.

No veludo do seu carinho, ela permanecerá o mais puro e belo testemunho do quanto pode o amor de um ser humano pelas grandes causas da humanidade e como a sua vida pode constituir a maior fôrça de exemplo, de inspiração e de fé para um povo.

Rui cumpriu a sentença de Goethe : “Devemos sòmente exprimir pensamentos superiores, que tragam bem ao mundo”.

Ele teve êsse dom supremo, e é através das estradas abertas pela claridade do seu generoso coração e da sua virtuosa inteligência que o Brasil procura o seu destino.

Sigamo-lo, pois.

*Conferência pronunciada pelo Ministro
da Educação e Saúde, Dr. Clemente Ma-
riani Bittencourt, aos 8 de novembro de
1949, no Forum Rui Barbosa, na Bahia.*

A o receber, da Universidade da Bahia, o honroso convite para, como seu representante, pronunciar esta conferência, formei o propósito de focalizar, em primeiro plano, Rui e a educação, seus trabalhos sôbre a instrução pública, sua crença no resultado do processo educativo, seu esforço, ainda que improfícuo, para libertar-nos daquilo que considerou “a chave misteriosa das desgraças que nos afligem” — “a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria”.

Tantas vêzes encontrei, com efeito, na sua obra, a solução exata, o conselho justo, a orientação adequada, para os problemas de tão magna importância, cuja responsabilidade me foi confiada, tantas outras — me vali, diante da gravidade da tarefa, das palavras com que traduziu os mesmos sentimentos e cuidados em seu tempo, que seria um conforto, para o meu espírito, acompanhar-lhe os passos nessa jornada, abeberando-me, ainda uma vez, nas fontes cristalinas que o seu gênio não se cansava em desvendar aos olhos deslumbrados dos seus seguidores. Mas, ao pro-

curar distinguir, na sua obra, os aspectos educativos, assalta-nos a perplexidade. Não é um capítulo, mas o todo. É a plenitude de sua vida, em tôdas as refrações de um prisma de mil faces.

Falando aos moços, transmitindo aos jovens do Colégio Anchieta, ou aos estudantes de São Paulo, na atitude do lavrador que amanhasse o solo de joelhos, a quintessência da sua sabedoria, densa de meditação e de experiência; elaborando e discutindo a reforma da instrução, em todos os seus graus, era o crente convencido de que "uma democracia só se faz com cidadãos, não se fazem cidadãos senão com homens, não se fazem homens senão pela educação". Mas é na totalidade da sua vida, na pedagogia militante do seu acendrado amor à perfeição, que se encontra a sua lição fundamental.

Dêsse ponto de vista, sòzinho, foi uma universidade. Ensinou *pela doutrina e pelo exemplo*, no silêncio ou na afirmação, com a cultura e com a experiência. Outros terão, como êle, formado a inteligência na filosofia liberal, adotado seus princípios, erigido em supremo fim a liberdade e amado a justiça, que dela se nutre; outros, como êle, terão criado regimes, instituições, operado reformas, servido pelo verbo e pela ação, a grandes causas democráticas; terão mesmo, como êle, conhecido vicissitudes e sofrimentos, na defesa.

dessas idéias. Raros, entretanto, aquêles que, à sua semelhança, extraindo, de uma filosofia ideológica, uma verdade política, inverteram tôda a vida, testemunho de fidelidade às suas crenças, no zêlo missionário de sua propagação, na defesa apaixonada de sua integridade, no tormento de confundir com a sua prática a própria razão de viver, esperando sempre, porque "não perderam o ideal", ver brotarem, do solo revôlto da realidade, as sementes do evangelho cívico que prêgaram.

Essa a originalidade rara da vida e da obra de Rui.

Numa época em que as idéias ainda eram, em geral, ornatos, artifícios, símbolos sem vida, da frívola inteligência de gerações sem experiência histórica e cultural, numa época em que o caminho mais curto para o triunfo e o êxito na vida pública era o das improvisações e dos expedientes, do oportunismo e das habilidades, no plano das conveniências imediatas e do jôgo dos interesses e favores, um jovem provinciano, banhado pela aura dos eleitos, temperava o seu espírito na dignidade quasi monástica de altos ideais, vinculava o seu sêr, por inteiro, a postulados e princípios que a sua consciência aceitara como expressão de valores deduzidos da Razão, e atravessava tôda uma existência abraçado a êsses compromissos, abrindo caminho no pragmatismo e no realismo do

ambiente, com bravura e intransigência, sem negociar suas crenças, sem transigir com as seduções, sem evitar os obstáculos, sem retardar seus passos diante dos perigos, sem abalar suas certezas interiores e, sobretudo, disposto a sofrer e a sangrar por essa fidelidade, para fazer, do seu sofrimento e da sua provação, exemplo e lição para os que não tinham a sua fôrça ou a sua fé.

Ele foi um *sistema de idéias*, num país que jamais exigiu dos homens que as tivessem, para consagrá-los.

E mais. Não se isolou na tôrre de marfim do seu castelo doutrinário.

Trouxe a sua verdade para a terra, e, no seio áspero da vida pública, nutriu-a com a seiva de sua sinceridade e com o amor dos apóstolos.

*

* *

Para compreender o fenômeno Rui, na sua universalidade, é preciso analisar as peculiaridades fundamentais, marcantes, específicas, da sua vida maravilhosa: de um lado a sua unidade substancial, a motivação inspiradora, a fôrça íntima de onde se irradiou, em suas manifestações onímodas, a viva expressão de sua personalidade; do outro, a paixão e o ardor com que exprimiu essa unidade, a sobrecarga afetiva que o fêz de-

fender símbolos, ideias, princípios, com o arrebatamento e a identificação de todo o seu sêr.

*

* *

Qual seja o fundamento e a substância dessa unidade moral que, ao contrário do comumente entendido, dêle fazia um homem uno em sua essência e de rígida harmonia, êle próprio o resumiu, quando afirmou :

“Liberal fui, sou e morrerei ! Imensa honra sôbre tôdas cara à minha consciência !”

A concepção liberal é, realmente, a verdade que recebeu, desde criança, com a influência paterna, espécie de Monte Sinai de sua revelação.

A ela afeioou a formação do espírito, a sistematização da cultura e o evangelho normativo de sua existência.

Quando êle diz — “sou liberal”, não é uma frase, apenas, que lhe sai dos lábios. Antes de chegar até aí, essa palavra atravessou as camadas da sua consciência, da sua razão e do seu espírito, depurou-se no fogo da sua alma austera e leal e só depois de ter sido filosofia, doutrina, sistema, norma e forma de vida, deduzida de conceitos absolutos e eternos, é que se fêz afirmação e atitude.

Não é um homem entregue aos caprichos das idéias que passam, ou ao acaso da aventura. É o sistema filosófico, dentro do qual ordena o espírito e o procedimento.

Essa adesão completa, fervorosa, absoluta, ao liberalismo, na sua planificação total, explica o seu ideário, sua tábua de valores, suas crenças, seu método, sua concepção do mundo, exposta na linguagem severa de seu exemplo e do seu apostolado.

Daí, os seus critérios e diretrizes, o seu credo, sua metafísica, sua moral, sua lógica, sua técnica.

No que fala, percebe-se o simbolismo da religião liberal; no que realiza, a inspiração do seu catecismo.

O que existe nele de extraordinário não é a idéia em si mesma, quasi sempre deduzida da matriz liberal, — mas a paixão, a comunhão de tôdas as suas células com êsse ideal, a idéia mobilizando, empolgando, conduzindo, tôdas as suas energias, a submissão afetiva e absoluta a êsse conjunto de princípios e símbolos.

*

* *

É do firmamento liberal a estrêla que o guiou no seu caminho terreno, — a liberdade.

“Nunca te desconhecí, nem te trairei nunca”.
dizia êle, aqui mesmo em nossa terra; “porque a

natureza impregnou dos teus elementos a substância do meu sêr”.

“Liberdade! entre tantos que te trazem na bôca sem te sentirem no coração, eu posso dar o testemunho de tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo da minha consciência, eu te vejo, incessantemente, como uma estrêla no fundo obscuro do espaço”.

Como numa teologia liberal, é ela — princípio e origem — que fornece a luz e calor a êsse universo criado pela Razão do homem, “o centro do sistema onde ambas essas idéias (República e Pátria) atingem suas órbitas”.

Ao contrário do que sustenta Luís Delgado, quando descobriu, em tôda a doutrina de Rui, um dualismo de instituições e princípios, podemos afirmar que a sua concepção, rigorosamente dentro dos cânones liberais, é, por definição, *monista*, a instituição idêntica na sua natureza aos princípios, e aquela a ordenação dêstes em forma orgânica, indispensável à ação.

É doutrina liberal clássica, em termos de emoção exacerbada e de eloquência bíblica — fenómeno que é a sua mais complexa originalidade, — que êle expõe, prega e defende, pelo pensamento e pela ação. É a geometria do racionalismo filosófico, que erigiu a *justiça* em única *verdade* po-

lítica, *justiça* que é o respeito do *Direito*, sendo princípio básico dêste a *liberdade*.

Dêsse dado inicial, deduzem-se, em planos sucessivos, numa exegese hierarquizada, a teoria, o sistema, as instituições, a norma.

Êsse processo se realiza no plano do abstrato, do ideal, sem subordinação à realidade, como na geometria pura. É nessa ordem do absoluto, do axioma, da idéia, que a doutrina se faz organização, que as instituições são esboçadas, e que as leis consubstanciam a segurança individual e social, e as garantias dos direitos e liberdades.

Em outro plano está a Realidade, que, como em tôda esfera de conhecimento ou de atividade, é apenas um esboço, senão a negação da verdade abstrata.

“Bem merecias que a República no Brasil te estremecesse, ó liberdade! Ela emanou de ti, da tua aspiração, do teu programa, dos sacrifícios de teus amigos”.

O teórico não se preocupa em erigir o fato em princípio, a necessidade em direito, a realidade em verdade.

Assim, as deficiências, os vícios, os erros das sociedades, “a abafadiça magnificência das civilizações sem ideal”, só existem, na prática, onde como queria Vacherot, “as imposições do fato do-

minam os princípios e o direito cede ou se curva diante da necessidade ou da oportunidade”.

No plano ideal, onde se reflete a *verdade* política, o modelo perfeito é a *democracia*, traçada segundo a simetria dos princípios.

A democracia “real”, contingente e imperfeita, é apenas um campo em que os homens e os fatores gerais da história atuam, para aproximá-la do teorema exemplar.

Essa distinção aponta a cada instante, nos discursos, artigos, pareceres e trabalhos de Rui.

Sempre os dois polos, perfeição e realidade: “O motim não é a democracia; a celeuma não é o parlamento; a rua não é o país; o incêndio não é a razão; o crime não é o direito; o assassinio não é a justiça; a anarquia não és tu, ó liberdade!”

Não é a fórmula ideal uma utopia, como entenderam alguns dos críticos das construções do liberalismo. “Eu quero que a República se enraíze, afirmava, e por isso tenho diligenciado aproximá-la da *Liberdade e da Justiça*”. E mais, falando no Senado: “Não são dissensões pessoais que hoje nos distanciam; são os princípios, são as mesmas suposições que afastam a realidade da ficção, a verdade da mentira e da fantasia”.

É na hora de acompanhá-lo nessa transposição de planos, nesse esforço de identificação do real com o ideal, que a maioria dos seus críticos

se perde, por não compreenderem como um homem tão sincero e profundamente prêso à realidade, vivendo, intensamente, o *relativo*, pudesse manter essa unidade, fundada na ordem dos valores filosóficos, encarnado-a e exprimindo-a.

Ainda aí, porém, realiza Rui processos e técnicas do liberalismo, para o qual, a democracia não é um fato *natural*, o produto espontâneo do gênio de um povo, duma raça, mas obra lenta e laboriosa da civilização, atuando sôbre a substância mesma da sociedade, costumes, condições, bases e tradições.

Tal como no simbolismo e na história sagrada, tal como êle aprendera ao lado da irmã, sob o olhar preceptor de João Barbosa, o Gênesis do liberalismo cria em primeiro lugar a idéia, depois o regime, as instituições, a arquitetura jurídica e política da sociedade. Volta-se, sômente então, para o seio da vida, da realidade, a ação da Providência. É a hora do apóstolo, para levar à terra a lição divina.

*

* *

É evidente que, ao construir o regime de 1891, ao criar uma constituição, talhada no idealismo político, ao estruturar a organicidade de nosso sistema de disciplina política e social, Rui Barbosa sentiu que *Canaã* estava fundada. Era

preciso, porém, conduzir para êsse páramo terrestre, erguido na colina do idealismo da época, a realidade brasileira.

Foi, então, o Moisés dessa romaria.

Conforme vimos, a sua concepção liberal da vida política, considera a ação nas duas esferas: — a verdade projetando-se, ordenando, atuando sobre a *realidade* e esta elevando-se, pelo progresso material e moral, até confundir-se no modelo.

“A República”, disse êle, “não é uma série de fórmulas, mas um conjunto de instituições, cuja *realidade* se afirma pela sua sinceridade no respeito às leis e na obediência à Justiça”.

Feita a Constituição, é preciso “lançar-lhe os alicerces, inaugurá-la, *penetrá-la da realidade* e comunicá-la aos seus atos, ao seu govêrno, a seu tempo”.

A igualdade moral, que é a condição da igualdade civil e política, princípio fundamental da democracia, há de resultar dessa identificação entre os dois planos.

Assim como a geometria se transforma em *mecânica*, quando desce do mundo das idéias para o mundo das *fôrças*, do mesmo modo a política procura enformar a realidade, dentro dos seus pontos de referência teórica, de seu moldes ideais, conhecer, organizar, manipular, governar,

as *fôrças reais* da sociedade e aplicar-lhes a forma e a técnica neles inspiradas.

Não se trata de indagar da realidade, contingente e precária, para onde deseja ser conduzida, o que reclama na sua objetividade e na sua palpação.

Sua função é passiva. Ela é matéria social e política que o homem, aos incentivos do ideal, trabalha por aperfeiçoar. Não é outra a concepção de Rui, exposta sob mil formas, entre bonanças e tempestades, ante a ameaça ou sob garantias, diante do fato ou da consciência.

Resumo dêsse pensamento, cartilha dessa filosofia, teoria e prática do liberalismo, dentro de nossa formação, é o seu Credo:

“Creio na *liberdade* onipotente, criadora das nações robustas; creio na *lei*, emanção dela, o seu órgão capital, a primeira de suas necessidades; creio que neste *regímen* não há poderes soberanos e soberano é só o Direito, interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites e que êstes limites vêm a ser as suas Constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada; creio que a República decai porque se deixou estragar, confiando-se ao regimen da fôrça; creio que a Federação perecerá, se continuar

a não saber acatar e elevar a Justiça, porque da Justiça nasce a confiança, a tranquilidade e o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, a respeitabilidade, a duração, o vigor; creio no *governo do povo pelo povo*, creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional, pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do Tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprêgo da riqueza pública; creio na *tribuna sem fúrias* e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da *razão e da verdade*; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência total dos incompetentes e no valor insuperável das capacidades”.

Veja-se a *Liberdade*, matriz do sistema, fecundando a *lei*, — porque “fora dela não há salvação”, disse-o em outro momento, — a lei gerando o *Regime*, que é a limitação dos poderes pela soberania do direito, interpretado pela Justiça, a Constituição limitando a soberania popular, contra seus próprios excessos; a *Federação* preservada pela Justiça e não pela força, o sistema *representativo*, com “o governo do povo pelo povo”, a dedução lógica do ideal para a realidade: a justiça gerando a confiança, esta, a tranquili-

dade, e, assim através dos elos do trabalho da produção, do crédito e da opulência, a mecânica liberal produzindo a felicidade; a liberdade de palavra falada e escrita, a moderação, a tolerância, o progresso e a tradição, o respeito, a disciplina, e o mérito, como condições de civilização.

É a ordenação da idéia liberal no quadro de nossa peculiaridade.

* *

*

Dentro desse sistema de idéias, a luta de Rui começara cedo e não se deteve senão quando a estrêla d'alva, companheira das suas madrugadas, o encontrou, pela última vez, no acampamento sempre aceso das suas legiões de livros.

Entre o discurso a José Bonifácio, em cujo primeiro período, como um sinal de predestinação, associa a nobreza da política à liberdade, e o convite de Ouro Preto, agitou, durante quatro lustros, sempre fiel a esse princípio soberano, os mais graves problemas da vida nacional.

Nas suas mãos, ainda em 1869, se incendiou o facho abolicionista. A Federação, com que Nabuco sonhara, marchou com êle, vencendo resistências e superando antagonismos enraizados. A eleição direta é fruto do seu trabalho e das suas brilhantes campanhas contra a inércia e o conservantismo.

Bateu-se pela eleição dos presidentes das províncias, pela secularização do ensino, pela formação do Senado sem a escolha imperial, trocando vantagens, prêmios, confortos, títulos e favores, pela lealdade a suas idéias e programas.

A República lhe ensinaria ser também, na história da nossa evolução política — o *arquiteto* e *construtor*.

Nunca se preocupara com fórmulas ou formas de governo: “Eu não idolatro formas de governo, disse, porque não idolatro nada”. Monarquia ou República, bastava-lhe a segurança de saber “a Razão nos seus direitos, nos seus direitos o povo e, pairando acima de ambos, a *liberdade*, garantia comum”.

O que importava era criar os institutos apropriados ao funcionamento jurídico e político do idealismo da época, pois “as formas que não correspondem ao espírito, à ação viva, à existência interior, são máscaras de imposturas”. “As formas políticas são vãs, sem o homem que as anima”.

Dentro desses postulados, nos 14 meses do Governo Provisório, “a mais poderosa máquina cerebral do nosso país”, no dizer de Nabuco, rodou, sem cessar, construindo, contra todas as resistências, a organização política e jurídica que, sob a forma republicana, assegurasse e garantisse

o exercício das liberdades e dos direitos do homem e sistematizasse, sob critérios de democracia e de justiça, a comunhão brasileira.

Essa obra de elaboração institucional, êsse trabalho que teria de representar doutrina, técnica, experiência da realidade, capacidade inventiva, habilidade plástica, não os realizou no silêncio de um Gabinete, ou na tranquilidade própria ao pensador e ao teórico. Foram conquistas de todos os instantes, alcançadas sôbre as dificuldades de um govêrno recente, sob a influência de mentalidades diferentes, sem que tivesse atrás de si, para apoiá-lo, fôrças políticas poderosas, Estados, solidariedades organizadas e seguras.

Teve que lutar, dentro e fora do Govêrno, vencer resistências do próprio Deodoro e, ao mesmo tempo, contar com êle como seu principal esteio, impor sua autoridade à custa de desprendimento e de obstinação, arriscar a própria sorte da missão, nas contínuas ameaças de demissão e de abandono, se não pudesse cumprí-la como julgava conveniente.

Nada o fez transigir, nem os conselhos prudentes dos amigos, nem a flexibilidade comum do político em hora de crise. Porque, embora entendesse que a política "é a essência das transações inteligentes e honestas", só as admitia "sob a cláusula do respeito aos cânones constitucionais". "Não

sei outra maneira de executar o meu mandato, de servir a um governo honesto, de honrar a minha cadeira de senador”, afirmaria noutra oportunidade. “Quando, para me sentar nela, se me exigir que deixe a consciência à porta, ou que lhe dissimule a voz sob um falsete, ninguém me verá mais no recinto”.

Era chegada a hora da prova. O regime ia demonstrar a sua eficácia e a sua vitalidade.

Até então, a liberdade, os direitos do homem, as esferas dos poderes, a justiça, eram textos de lei, verdade escrita.

Com Floriano tem início o drama do criador, tentando fazer com que essa verdade no papel se concretizasse na dinâmica do regime.

A consolidação da República levava Floriano a uma política realista e rude, fundada nos imperativos da hora, no caráter da crise de emergência, que os fatos traduziam.

A Constituição corria o risco de ser um aparelho só eficaz e apto para a normalidade, para a rotina dos dias regulares.

A falta de educação política levava as próprias vítimas da violência a não recorrerem à lei, cuja força não pressentiam capaz, em tais conjunturas, e cujos recursos ignoravam, na sua complexidade técnica.

Vemo-lo, então, fazendo a prova do seu engenho, opondo, à violência e ao arbítrio, o poder da lei, na expressão da Justiça, corrigindo os desvios do exercício do poder legítimo com os remédios institucionais previstos, sobretudo o "Habeas Corpus".

Nenhum apêlo à violência, nenhuma sugestão ao revide.

Nem conspiração, nem ameaça, nem manobra meramente política.

Estava seguro de que, se o sistema funcionasse em tôdas as suas peças, tudo estaria sanado.

O veleiro constitucional, com seus panos de princípios desfraldados, enfrentava, pela primeira vez, as ondas revôltas da borrasca e a fúria dos elementos.

Ele o construira e ali estava no pôsto de comando da vida pública, tal como Enéias, no poema latino, ensinando a manejá-lo, gritando as manobras indicadas, e animando a tripulação inexperienced do barco novo e delicado.

Se Floriano condescende com a deposição dos governadores, e atenta contra a Constituição, o seu brado se levanta: "Reivindico o princípio vital da existência dos Estados na organização federativa, pelo qual me batia antes da República e desesperado da monarquia me fiz republicano".

É Cícero redivivo: "É por isso que me julgo obrigado em consciência, a concitar os amigos da República a envidarem tôda a intensidade de suas energias contra êsses perversíssimos exemplos. O caso, pois, é de ação espontânea da autoridade central, que não deve hesitar um instante, se quer salvar a República, obedecendo ao imperativo dos seus deveres".

Tinha início a sua prègação corregedora, aliada ao curso prático da legalidade constitucional e democrática.

"De uma ditadura que dissolve o Congresso", diz êle, meses depois de salvar a legalidade na Bahia, "apoiando-se na fraqueza dos poderes locais, para outra que dissolve os poderes locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável".

A crise do regime logo se acentuou em outros sintomas.

Motivos políticos, talvez ponderáveis, ou apenas a velha ambição humana, sob êles disfarçada, levaram Floriano e elementos ligados ao Governo, a considerarem definitiva a sua sucessão a Deodoro.

Seguem-se o manifesto dos generais, a reação violenta de Floriano, o sítio, a subversão da ordem.

Levanta-se a voz de Rui, na cátedra de educador nacional:

“Em meu humilde entender, não há dúvida nenhuma quanto à necessidade constitucional de proceder-se a nova eleição do Presidente da República, uma vez que a vacância se abriu no primeiro biênio do período presidencial. A política poderia ter suas razões, talvez legítimas, mas não invocá-las nem fazê-las prevalecer contra lei, pois nada mais é que agente desta e sujeita aos ritmos que lhe são traçados pela norma”.

Ei-lo em ação, batendo à porta da Justiça, para restabelecer o prestígio da Lei.

O Instituto do “Habeas-Corpus” é o instrumento previsto para essa correção.

Chamá-lo à vida, mover essa mola da engrenagem constitucional, fazer o artifício da técnica desempenhar o papel que lhe cabia, eis o seu empenho maior.

Mais que a piedade humana pelos sofrimentos dos deportados, que o interesse da causa no seu aspecto profissional, mais que a simpatia pessoal e política pela vítima, ou que o próprio resultado do incidente, o que o preocupava era a eficácia da instituição, era sentir a Justiça correspondendo a atribuição que lhe fôra deferida era o “test” da norma de que dependia, não apenas a sorte dos clientes de então, mas a de todos

os cidadãos brasileiros, cuja segurança e liberdade estavam confiadas, “de hoje pelo futuro adiante”, como diria com Êsquilo, nas Eumênides, ao patrocínio da legalidade.

Não é o caso que o apaixona. É a lei que êle experimenta. “Patrono da lei e não da parte, é por isso que não me tendes o direito de perguntar pela outorga dos interessados”, exclama no Supremo Tribunal.

O cliente é o cidadão, o ente abstrato, o objeto simbólico da proteção do Direito.

“Não lido por interêsse de uma clientela; bato-me por um direito, que as mais antigas leis da nação fizeram meu, — pela inteireza da Constituição, que representa a fórmula perfeita da solidariedade de todos os cidadãos, no regime legal”.

Pede ao Supremo, em provocações sucessivas, que consagre o conteúdo, o espírito, a substância do “Habeas Corpus”.

E entre “as ansiedades de uma grande expectativa”, “a consciência assustada da fraqueza do seu órgão”, o “espírito afogado em impressões transbordantes”, que enchem a atmosfera do recinto, “povoado de temores sagrados e esperanças sublimes”, êle impetra ao Supremo o primeiro pedido para os presos do sítio.

O Tribunal era o “Sacrário da Constituição”, “o veto permanente aos sofismas opressores das

razões de Estado". Mas a decisão não lhe foi favorável.

Cumpria não deixar prevalecer a versão tímida da Justiça.

É na Imprensa, numa série de dezoito artigos, analisando o Acórdão, que êle sustenta o sentido autêntico do instituto e restabelece o equilíbrio necessário a sua interpretação progressiva, de acôrdo com o verdadeiro espírito da Constituição e da doutrina.

Sucedem-se os *Habeas-corpus* para Wandenkolk, Huet Bacelar, Airton Correia, a ação para anular os atos inconstitucionais.

A anistia estava no corpo da Constituição. Mas, ao vê-la deturpada na sua execução, reage contra as restrições com que foi concedida, para que não se altere a natureza e o espírito do instituto, por imposições circunstanciais da realidade política. Anistia é princípio que se faz lei. Fora daí seria "anistia de estigma, anistia cilada, anistia mentira", a *teratologia jurídica* da "anistia inversa".

Com o bombardeio da Bahia, aos 62 anos, bate às portas do Supremo, impetrando *Habeas-Corpus* sucessivos, no desespero da sua fé na lei e na Justiça. E êstes, envoltos na angústia de salvar, com a Lei, a Bahia, "devastada pelas bombardas, talada de saque, coberta de ruínas", imo-

lada aos excessos da paixão política. Salvá-la, “ainda que a fidelidade a êste dever, esgotando-lhe o cálix, lhe custasse a vida tão cara de seu próprio filho, a quem queria com o mais vivo amor paterno, mais do que a si mesmo” Salvá-la, porém, não porque assim o exigisse o seu amor filial, que nela via “o prolongamento, a revivescência, a reprodução contínua” do amor materno, ou o amor de pai, mas porque assim o mandava a lei: “A vós não incumbe senão abrir o *Livro da Lei* e indagar se está ou não dentro desta fórmula o caso do *Habeas-Corpus* que, neste momento vos impetro, a ordem expedida pelo Supremo Tribunal ao coator, para que faça cessar a coação”.

Já em 1914, a doutrina de Rui, em matéria de *habeas-corpus*, se vai impondo. A jurisprudência se vai formando, em tórno de seus pedidos e de sua doutrinação. Configura-se o instituto. Vencendo ou perdendo, o objetivo vai sendo alcançado.

Habeas-corpus para publicação livre dos discursos e atos parlamentares; para impressão e circulação pública de jornais; *habeas-corpus* para assegurar a comunicabilidade do detento em virtude do sítio; *habeas-corpus* para declarar a inconstitucionalidade do sítio decretado, ou prorrogado, em plena paz, sem iminência de comoção

intestinal, o qual, sendo negado, mereceu o luminoso voto favorável de Pedro Lessa.

O trabalho de preservar a intangibilidade do sistema positivo da nossa organização política e, sobretudo, o seu espírito e a sua pureza, não se limitou, porém, a essa vivificação do texto legal, a êsse magistério prático de nossas instituições, pelo recurso aos próprios órgãos constitucionais.

Usou todos os ensejos e meios para apoiar essa sua "mal estreada cliente, a constituição republicana", na sua iniciação diante dos fatos; a tribuna do Senado, a coluna da imprensa, "respiradouro moral das consciências", como a chamou, a eloquência dos comícios e a oração das festas de formatura.

Num operário estrangeiro, ameaçado de expulsão, numa mulher do povo, maltratada pela polícia, em Andrade Figueira, vítima de "poltro-nice policial", nos adversários de ontem, dados à praia, naufragos da "grande nau do hermismo", apenas via a Constituição ferida e uma nova oportunidade para a defesa da *verdade* constitucional, embora descobrisse, "na persistência dêsse achaque, sinais de incurabilidade".

Ainda assim, recusando apôio à candidatura Hermes, não obstante êste lhe ser um "nome verdadeiramente caro", levanta a bandeira do civilismo, sempre com a preocupação de educar a

realidade, mesmo com o próprio sacrifício, para que "a idéia não morresse pelo seu egoísmo".

Os frutos dessa romaria ascética e desengañada foram generosos e anteciparam de vários lustros o progresso cívico do Brasil. Pela primeira vez, embora com todos os defeitos que só recentemente vimos extirpando, o povo brasileiro pôde "concorrer efetivamente às urnas, para escolher o seu primeiro magistrado". "Os reveses padecidos no campo do dever, afirmaria Rui, ao fim da campanha, doiram de uma luz melhor que a da glória os dias de uma vida, e a consciência de nunca trair enche o espírito de um contentamento mais invejável que as satisfações do egoísmo, tão apetecidas pela manada humana".

Através do govêrno Venceslau, com as restrições ao estado de sítio e a conferência de Buenos Aires, onde estabeleceu uma nova noção de neutralidade, que se espalharia pelo mundo, em ressonâncias de consagração universal, atinge o climax do seu apostolado em 1919, quando, depois de se haver afastado da política situacionista baiana, em defesa da liberdade da imprensa, e para não recusar o seu apôio, "aos patrícios feridos nos mais elementares dos seus direitos", e à terra natal, "prejudicada nas mais essenciais garantias da sua existência", atira-se de corpo e alma a nova campanha presidencial e logo em se-

guida à campanha pelo Govêrno da Bahia. Fecha então o escritório, abandona o lar e, com 72 anos de idade, doente e sòzinho, cumpre pelo sertão baiano, de cidade em cidade, sob desconfortos e vicissitudes de tôda a ordem, sua vocação de apóstolo do bem público, não com “a aureola das missões religiosas”, mas apenas como “um emissário da terra, um pregador de idéias liberais”. Não o acompanhavam, como ao filho de Deus, tronos e dominações. Mas como ao Filho de Deus saiu ao seu encontro todo o povo, “et exierunt ei obviam, et clamabant pueri, dicentes: Hic est, qui venturus est in salutem populi”.

*

* *

Se os símbolos criados pelo homem, embora refletindo a criação divina, podem fazer de um dêles, na precária limitação da fraqueza humana, um símile do Salvador, êsse foi, sem dúvida, Rui Barbosa.

“Preguei, demonstrei, honrei”, diz êle, “a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana. Melhor sentença não poderiam alcançar no tribunal da corrupção, do que a do Deus vivo no de Pilatos”.

Foi pela causa dessa verdade que êle “combateu, abraçado com ela, em vinte e oito anos de sua *via dolorosa*”.

Não é outra a expressão do seu apostolado, que prègou mais pelo exemplo, que pela doutrina.

As gravuras de Derome em que acompanhou, nos serões de família, ainda criança, a vida de Jesus, deixaram os sulcos da via sacra na fantasia do apóstolo que crescia nele.

Vemo-lo, então, entre os doutores do seu tempo, surpreendendo os mestres, como Abílio e Ibirapitanga, pela sua sabedoria e precocidade; vemo-lo desde cedo, prègando a sua verdade que era o evangelho do liberalismo, a libertação dos escravos, a correção dos costumes políticos, dos índices de corrupção e de vícios, dos processos deletérios das virtudes do cidadão e do político; prègando na imprensa, na praça pública, nos salões, sempre com o timbre apostolar e a austera pureza do coração votado aos ideais e não aos interesses. Já os açoites vibram na sua mão, tentando expulsar do templo da vida pública, os vendilhões de todos os feitos.

Certo, lembrarão os descrentes a mais humana e agressiva das reações de seu temperamento, o rigor de sua ira, os surtos de sua cólera, as asperezas de seu orgulho.

“Cólera, será — escreve, já ao fim da vida, em exame de consciência, — “mas cólera da mansuetude, cólera da justiça, cólera que reflete a de Deus, face também celeste do amor, da miseri-

códia e da santidade. Dela esfuzilam centelhas, em que se abrasa, por vêzes, o apóstolo, o sacerdote, o pai, o amigo, o orador, o magistrado. Essas faúlhas da substância divina atravessam o púlpito, a cátedra, a tribuna, o rosto, a imprensa, quando se debatem, ante o país, ou o mundo, as grandes causas humanas, as grandes causas nacionais, as grandes causas populares, as grandes causas sociais, as grandes causas da consciência religiosa. Então a palavra se eletriza, brame, lampeja, atroa, fulmina. Descargas sôbre descargas rasgam o ar, incendeiam o horizonte, cruzam em raios o espaço. É a hora das responsabilidades, a hora da conta e do castigo, a hora das apóstrofes, imprecações e anátemas, quando a voz do homem reboa como o canhão, a arena dos combates da eloquência estremece como campo de batalha, e as siderações da verdade que estala sôbre as cabeças dos culpados, revolvem o chão, coberto de vítimas e destroços incruentos, com abalos de terremoto. Ei-la aí a cólera santa! Eis a ira divina!

“Quem, senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blasfemo, o profanador, o simoníaco? Quem, senão ela, exterminar da ciência o apedeuta, o plagiário, o charlatão? Quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? Quem, senão ela, varrer dos serviços do Esta-

do o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? Quem, senão ela, precipitar do governo o negociismo, a prostituição política, ou a tirania? Quem, senão ela, arrancar a defesa da Pátria à cobardia, à inconfidência ou à traição? Quem, senão ela, ela a cólera do celeste inimigo dos vendilhões e dos hipócritas? A cólera do justo, crucifixo entre ladrões? A cólera do Verbo da verdade, negado pelo poder da mentira? A cólera da santidade suprema, justificada pela mais sacrílega das opressões?"

É essa rajada de sentimento de justiça, de solidariedade com o homem submetido ao arbítrio da força e às opressões da ilegalidade, que êle extravasa, entre invocações aos céus e a Deus, quando, semelhante a Vieira, na sua famosa invectivação, se levanta em defesa de Andrade Figueira desrespeitado pela brutalidade policial, "martírio, que recorda o de Cristo nas escadas de Pilatos".

"Misericórdia, Senhor, que nos abandonaste! Nada ficou da tua lei, nem de tua imagem!"

Também sabe Rui que não logrará o seu apostolado concluir a missão que o anima, que é transformar a democracia brasileira num modelo ideal, deduzido da liberdade.

O próprio Cristo não conheceu em vida essa ventura; o que importa mais é o processo, a prè-

gação, o ensejo para ensinar pela doutrina ou pelo exemplo e não a conquista dos objetivos diretos das campanhas.

“O mais esquisito dos prazeres, sentenciou, é o que Deus pôs na satisfação de abraçar a justiça condenada, condenando-nos com ela ao revés antecipado”.

Não é outro o segredo do seu desapêgo a uma vitória, que não valia a lição incomparável do martírio, nem a eloquência dos cilícios exemplares.

“Eu sou dos sacrifícios. Se fôsse para a vitória, não me convidariam, nem eu aceitaria, mas como é para a derrota, aceito”.

Não são poucos, também, os seus milagres, milagres de fé humana e de santidade cívica, conversões de fracos e ímpios à crença do seu apostolado, alegrias dadas ao povo em horas difíceis, triunfos imprevistos do bem sobre o mal.

E quando souu a hora, êle viveu, em pálida imagem terrena, a sua semana Santa e a sua *paixão*.

Até os indiferentes rezaram por êle, nessa hora de eucaristia.

“Mártir da convenção” — o chamaram, — uns por irrisão, outros por piedade.

“Contra essa catástrofe, que nos ameaça”, clamava êle nos pródromos do civilismo, — “o

mártir da convenção correrá, se Deus quiser, a *via dolorosa*, não de rastros, com a cruz às costas, mas em todo o antigo ardor de 1889, 1893, 1895, como quem cumpre o maior dos deveres e escreve a mais santa das páginas de sua vida”.

Quando por aquí passou, pela última vez, o povo baiano se mantinha fiel à sua fé e já o chamado do Pai se refletia na sua face veneranda.

Ele já o dissera: “Quando os meus conterrâneos quiserem afastar de mim êste *cálice*, receberei a sua deliberação com agradecimentos”. Mas também afirmara: “Se a mercê da salvação da nossa liberdade e da nossa fortuna, da nossa paz e da nossa honra, postas nas vossas mãos onipotentes, exigir o sacrifício de um em satisfação das culpas de todos, não vos detenha, Senhor a miséria do resto dos meus dias, cansados e inúteis”.

Não lhe faltou nenhum dos quadros da paixão, nem a verônica e a noite de agonia. Dividiram-lhe a túnica ao pé da cruz, nas críticas profanas. Mas o povo guardou o seu evangelho.

Quando morreu, encontrava-me, aos 22 anos de idade, na chefia da redação do “Diário da Bahia”, o velho “Diário”, onde, como rememora, numa “alucinação maviosa”, transcorrera, em “camaradagem brilhante de escritores liberais”, o seu “labutar, de tôda a manhã e de tôda a tarde”,

pela eleição direta, pela liberdade religiosa, “e os primeiros clangores da emancipação dos escravos”. “A impressão que nos domina, escrevi, sob o choque brutal do desenlace, a impressão que nos domina é de que o sol se apagou”. “O que aqui vai, portanto, é, apenas, a exclamação de dor de almas despedaçadas, é o nosso coeficiente e, ao mesmo tempo, o reflexo do assombro que domina e estupefaz a Nação inteira, privada, hoje, do centro de gravitação de tôdas as suas consciências liberais”.

Não faltou, empós, quem o negasse. A liberdade e a justiça, variando nos seus conceitos, pareciam distanciar-se dos ideais por que lutara. Mera ilusão das aparências. Aquilo a que sacrificara a sua existência, tôda ela “uma reta traçada, no dizer de Alcindo Guanabara, entre a liberdade e o direito”, não eram as formas transitórias, mas a própria substância do ideal. “Foi a cruz do Nazareno que decifrou o teu mistério, levantando-te num pedestal, que as maiores revoluções não combaliram, nem hão de combalir”, dizia êle, referindo-se à liberdade. “Desde êsse exemplo tremendo, todo aquêle que te maltratar, perseguindo uma opinião, ou derramando o sangue, a um semeador de idéias, comete debaixo do céu o sumo sacrilégio. O homem, que é o êrro em busca da verdade, não pode traçar a divisória

entre a verdade e o êrro; e por isso, em todo pensador, em todo apóstolo, em todo reformador, em todo heterodoxo, há alguma coisa que os poderes da terra não têm meios de saber se é humana ou divina. A maior vítima das maiorias políticas foi o Deus crucificado. E aqui está porque a imagem da sua paixão é a tua própria imagem. Entre os braços daquele patíbulo, tu e a verdade sofrestes juntamente, e com a verdade ressurgiste dos mortos. Porque tu não és a verdade: mas, se a verdade pode entrever-se da terra, é pelos horizontes que tu nos abres”.

Por isso, foi-nos permitida a ventura de assistir a sua Ressurreição. Ressurreição em que resumiu tôda a doçura e todo o vigor da fé, “flor do Calvário, flor da Cruz”, ressurreição, em cuja aleluia celebra hoje o Brasil a sua glória eterna e a sua lição iluminada. Ressurreição, “sorriso em que desabotoa o horror dos seus martírios”, ascensão do seu vulto, que o tempo nos restitui, cada vez mais vivo, e já agora consagrado como nume tutelar da nossa liberdade.